

Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS

290ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)

Marcelo Borsio
Presidente do CRPS
Moises Moreira
Vice-Presidente

Brasília, 30 de junho de 2022



Aspectos positivos da jurisdição administrativa do CRPS

- Gratuidade (inexistência de custas processuais);
- Baixo custo operacional para o Estado;
- Rito administrativo mais célere, norteado pelos princípios da legalidade e da verdade material;
- Capilaridade do CRPS em todo o território nacional;
- Utilização do processo eletrônico como instrumento de transparência, maior controle, celeridade, gestão e qualidade da prestação jurisdicional.

Fundamentos normativos do CRPS

- **Constitucional:**

Art. 10, CF/88:

“É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação”.

Fundamentos normativos do CRPS

- **Constitucional:**

Art. 194, parágrafo único, VII, CF/88:

“(...) Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: (...)

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.”.

Estrutura atual das Unidades Julgadoras do CRPS



The diagram is a pyramid divided into three horizontal sections. The top section is the smallest and is labeled 'Conselho Pleno'. The middle section is larger than the top and is labeled '4 Câmaras de Julgamento'. The bottom section is the largest and is labeled '29 Juntas de Recurso' and '16 Composições Adjuntas'. The pyramid is colored in shades of green, with the top being the darkest and the bottom being the lightest.

**Conselho
Pleno**

**4 Câmaras de
Julgamento**

29 Juntas de Recurso
16 Composições Adjuntas

Melhoria no CRPS para a celeridade processual e modernidade do CRPS:

1. Portaria em Conjunta (INSS/CRPS) proposta para a SPREv para vincular os sistemas que serão construídos para ambos ou somente para o CRPS, com apoio de servidores especialistas do INSS da DTI (Cláudio e Paulo Henrique): **a) Sistema Integrativo de Informações Sociais (SIS)** - em andamento para melhorar a instrução processual; **b) Sistema de Acórdãos e Resoluções Coordenadas (SARC)** - em fase final de especificação - esta solução vai dinamizar os julgamentos, pois o sistema potencializa a produção de acórdãos em escala, mantendo a qualidade; **c) Aplicativo CRPS 5.0** com 8 funcionalidades, inclusive para informar ao público sobre movimentação processual e pesquisa de jurisprudência - já especificado e aguardando agenda para início da construção observando-se a publicidade dos atos, a LAI e LGPD; e **d) São Cognato – Sistema Administrativo para o CRPS** gerir todos os setores internos, em que os procedimentos de CG, CASJ, CAA, SAOC e SGEP são manuais e por planilhas Excel, sem controle do todo.
2. **Estabelecida parceria com o INSS, para a contratação de estagiários em Direito** para as UJs do CRPS, com o fim destes colaboradores auxiliarem os Presidentes de UJs a responderem mandados de segurança ao Poder Judiciário - procedimento em andamento no INSS.

Melhoria no CRPS para a celeridade processual e modernidade do CRPS:

3. **Plano de Contratação de Funcionários da Infraero para 2023**, com proposta de quantitativo aprovada pela DGP/MTP, sendo 1 por UJ do CRPS - em andamento no MTP;
4. **Plano de Contratação de Temporários de Nível Superior para 2023**, para atividades específicas, com formação em Administração, para monitoramento de rotinas e fluxos para viabilizar melhores gestões para a dinâmica do CRPS - em andamento no MTP;
5. **O novo Regimento Interno do CRPS** (regras estáticas) vai proporcionar diversas modernidades para dinamizar os julgamentos, aumentar a produtividade e diminuir as filas: **a) criação do Conselheiro Diligenciador**, que terá produção por blocos de diligências (por gradação) e por isso receberá jetons. Esta nova figura, em complemento ao RPS, fará todas as diligências hoje atendidas temporariamente por grupo improvisado do CRPS no Gabinete de Crise de Diligências. Farão, também, análise de conformidade, implantação e Justificação Administrativa solicitada pelo Conselheiro Julgador); **b) Criação do Julgamento Monocrático pelo CJ** para casos específicos (processos de BI sem matéria previdenciária, Perda de Objeto, extinção de mérito por reconhecimento pelo INSS etc.); **c) Limitação de quantidade** de Embargos de Declarações, de Revisões de Acórdão, Processos com MS para "furar fila" - Sustentações Oraís à luz do Regimento de Tribunais Superiores, entre outras modernidades - RI em fase final de consolidação;

Melhoria no CRPS para a celeridade processual e modernidade do CRPS:

6. **A IN Única (revogação)** trará diversas modernidades: um corpo de artigos de regras dinâmicas (procedimentos e fluxos) e vários apensos. Uma delas é o julgamento de processos de recursos, com mandado de segurança, no estado em que se encontram.

7. CRPS, com limitador de **julgamentos mensais** em até 100 processos por Conselheiro, julgava:

a) 2018: 260 mil/ano

b) 2019: 430 mil/ano

c) 2020: 496 mil/ano

d) 2021: 512 mil/ano

e) 2022: até junho 412 mil e com previsão de chegar a 760 mil/ano (observa-se que o número tende a crescer pela normatização (Portaria MTP nº 653/2022), assinada pelo Ministro, recentemente, aumentando de **100 para 200/mês, por Conselheiro Julgador**)

Melhoria no CRPS para a celeridade processual e modernidade do CRPS:

8. **A Portaria MTP nº 653/2022**, que em seu artigo 1º delimita as formas de pagamento, terá reorganização e amplitude **tanto no Novo RI, quanto na IN Única**, pois há diversas outras formas de trabalho exaustivo dos Conselheiros Julgadores e dos novos Conselheiros Diligenciadores, para que haja a previsão de pagamento da gratificação, tudo mediante estoque de processos existentes (uma realidade) e a presença de orçamento previsto.

9. **Números do CRPS:**

- a) processos no CRPS: 1,3 milhão de processos
- b) processos no INSS a subir ao CRPS: 300 mil
- c) Mandados de Segurança por semana: 1200
- d) 4 ACPs

Melhoria no CRPS para a celeridade processual e modernidade do CRPS:

10. Estrutura nova a melhorar a eficiência do CRPS, já tratada com o Ministro - em oportunidade e janela futura:

- a) criação da 5ª CAJ do FAP/RPPS com o respectivo Secretário de UJ;
- b) criação da figura do Vice-presidente de Junta (por matéria) e de CAJ, com gratificação, pois as Composições Adjuntas são presididas por servidor que não recebe gratificação; e
- c) criação de mais Divisões abaixo das Coordenações: CGT (+1); CAA (+2); e CASJ (3).

11. MP 1113: criação da expansão do "Bônus" de produtividade da Lei n 13.846/19, que hoje é para servidores do INSS, para também os servidores ativos de governo CRPS (63 ao todo - custo baixo), que percebem sua remuneração mensal, sem participar do projeto, mas que julgam processos de recursos em estoque, e podem fazê-lo, em modo extraordinário, aumentando a produtividade - alteração de lei pela MP para a previsibilidade - em tratativas com o Presidente do INSS, Spreve e Ministro.